

Econ. Brasil

As origens da crise, segundo o futuro presidente da Febraban.

25 OUT 1988

JORNAL DA TARDE

— A crise brasileira é política. Os homens do governo são bem-intencionados, mas se vêem com dificuldades de governar. A Constituição proíbe gastar mais do que o orçado, mas já se busca contornar isso. Temos que ter muito mais do que palavras, temos que ter ação. A sociedade quer participar ativamente. O governo está omissivo. Qual a explicação para a expansão da moeda neste mês?

O cenário de crise é descrito pelo presidente designado da Febraban-Federação Brasileira das Associações de Bancos, Léo Wallace Cochrane Jr., que será eleito como candidato único em novembro e substituirá Antonio de Pádua da Rocha Diniz no começo de 1989. Aos 46 anos, membro da família que controla o grupo Noroeste, do qual é vice-presidente, está apreensivo quanto ao momento e quanto ao risco de uma hiperinflação. "Se as pessoas perdem a confiança nos papéis, entra-se no risco. Isto ainda não ocorreu, mas há dois anos eu pensava que 300% ou 400% já constituiam uma hiperinflação".

Representante de um conglomerado médio (os ativos do Noroeste são estimados em US\$ 500 milhões), Cochrane promete participar ativamente junto ao Congresso nesta fase de mudança de poder. Afinal, no primeiro ano de sua gestão ocorrerão eleições presidenciais. Além disso, quer "tentar modificar a imagem do sistema financeiro como um todo, mediante um trabalho informativo". O banco, explica, "é um grande prestador de serviços, e não deve ser visto como mero cobrador de juros". Uma preocupação, de fato, que já existia nas últimas gestões, com projetos como o

Criança Esperança, da Febraban.



Cochrane: "a crise é política".

Representando o consenso dos bancos, Cochrane trata a limitação constitucional dos juros a 12% "como um absurdo". Mas como está na Constituição, adverte, "terá que funcionar". Os 12%, porém, acredita, "são só a casca, agora teremos é que cuidar do recheio". Uma preocupação, aliás, que não é exclusiva do setor privado mas domina as autoridades. "O próprio governo deve estar trabalhando em cima de projeto de lei. Como está, trabalhar é impossível e todo mundo sabe disso." Cochrane, porém, exclui a hipótese de que o assunto "tenda ao limbo", esclarecendo: "É preciso um projeto de lei que regulamente todo o sistema financeiro e substitua a Lei nº 4.595/64, que desaparece".

Estatização

Cochrane não mostra uma preocupa-

ção dramática com o novo projeto de lei do deputado Fernando Gasparian, que estatiza os serviços bancários. "Não adianta imaginar que só o Banco do Brasil e os bancos estaduais possam operar. E é preciso perseguir a eficiência. Ninguém é a favor de juros altos. Com a proposta de Gasparian, quem perde é o público, são os clientes".

Sua grande preocupação é com a crise brasileira: "Calcular sua dimensão, porém, é como calcular a inflação. A crise está diretamente ligada à inflação e é muito grande".

— Quando há condições de atuação da equipe econômica, fica mais fácil tomar medidas. Mas tome-se o caso dos 50% de juros no *overnight*: ele mostra o estado de coisas. Se se imaginar que uma alteração de taxa, de política monetária, chegue ao presidente da República, vê-se que os instrumentais estão escassos. Não estou discutindo o valor. De repente, foi como uma máxina cruzado. Mas de fato, política e economia não batem.

Disputa

Cochrane compara a disputa entre os bancos privados e o Banco do Brasil como o luta em que se protege o Mike Tyson e deixa o Maguila despreparado. Tyson, claro, é o BB, e Maguila, os bancos privados. "O poder de soco deve ser o mesmo. Já que existe o BB, deve operar como qualquer conglomerado, com as mesmas regras, possibilidades, vantagens e desvantagens. Mas não é o que está acontecendo. Sua área de atuação é muito grande. Nós temos que cortar pessoal e ajustar-nos. Já o BB não. Mantém os quadros e eleva os salários."

Fabio Pahim Jr.